



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 050/2022

Brasília(DF), 08 de fevereiro de 2022

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN

Companheiro(a)s,

Encaminhamos o relatório da reunião do Pleno do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Meio Ambiente - GTPAUA do ANDES-SN, realizada no dia 8 de dezembro de 2021, que ocorreu de forma virtual em plataforma *Zoom*, conforme o que segue.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Luiz Henrique dos Santos Blume

3º Secretário



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

RELATÓRIO REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL - GTPAUA

Início: 16h

Pauta:

1. Informes de ações dos GT nas Seções Sindicais (Anexo II);
2. Conjuntura centrada em questões sócio-ambientais;
3. Plano de ações para 2022;

2. Conjuntura

José D. Godoi Filho (ADUFMAT), destacou que, tendo em vista a corrida pelas riquezas naturais que servem de insumos para indústria de ponta, riqueza esta que, em larga medida, é encontrada no subsolo da Amazônia. Apontou que é importante pensar em fazer um seminário ou uma atividade que envolvesse a matriz energética, tecnologias e mudanças climáticas.

João Claudino Tavares (ADUFF), afirmou que, quando estruturas e conjunturas se confundem, é preciso compreender o processo histórico que levou a conjuntura. Quando se define a centralidade da questão ambiental é necessário compreender o fio que levou a isso tudo. “Nós temos vários elementos para discutir espaço como território usado e definirmos onde será o nosso próximo encontro do GTPAUA, em um local que possa ser bem contundente de uma ação política bem profunda”, afirmou Claudino.

Lia M. Teixeira de Oliveira (ADUR-RJ), relatou que próximo ao campo da universidade passam muitos caminhões com areia que vai para construção civil de todo o estado do Rio de Janeiro. “Quando a gente passa de avião e olha verifica-se imensas crateras. E quem é o dono ou testa de ferro disso é a milícia. Assim, nós estamos sitiado(a)s pelas milícias. As milícias estão ocupando e tomando o território”. Como proposição para ao plano de trabalho do GTPAUA para 2022 apresentou: discutir políticas públicas para segurança alimentar e para a agroecologia, fortalecer a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e de uma série de outros movimentos. “Nossa preocupação hoje é muito grande com desenvolvimento territorial sustentável”, afirmou.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Gustavo Seferian (ANDES-SN – Diretoria) – Refletiu acerca da crise da civilização capitalista e constatando que o Sindicato Nacional também se encontra em crise. Destacou que é importante que o sindicato lute por toda forma de vida. Analisou, ainda, a importância das diversas greves, destacando a importância das greves estudantis em defesa do meio ambiente, mesmo que aqui no Brasil não tenham tido força. Colocou um vetor para pensar a repressão à(o)s camponese(a)s de Rondônia e a criminalização dos movimentos sociais em geral.

Silvana (ADUSB) – fez uma reflexão acerca da educação ambiental e afirmou que vem sendo silenciada: “mas educação ambiental não é fechar a torneirinha”. Segundo a mesma, a educação ambiental que defende é a educação ambiental crítica, transformadora, o ecologismo dos pobres, aquela que combate o racismo ambiental, a invasão das terras dos povos originários. “Precisamos reverberar essa educação ambiental crítica nas escolas, nas universidades e nos sindicatos”, defendeu Silvana.

Marcos Tavares (ANDES-SN - Diretoria) – reforçou algumas falas, como a que apontou a necessidade de reverberar a educação ambiental crítica e a ecologia política como chamou atenção Silvana. Afirmou que a crise ambiental gerada pelo metabolismo do capital pode, inclusive, levar à extinção da vida como nós a conhecemos, e, apesar disso, o modo de produção continua se desenvolvendo dialeticamente e gerando crises: econômica, ambiental, social. É o desenvolvimento do capitalismo que gera as crises, afirmou.

João Claudino Tavares (ADUFF) – reforçou que tem que atacada a origem da crise ambiental: “não adianta só pegar sacolinha, reciclar”. A produção capitalista destrava a crise ambiental. É necessário ir nas estruturas, na origem. Reforçou a fala de Silvana, ao colocar como central a questão do capitalismo. Diz que é importante trabalhar com a referência de classe.

José D. Godoi Filho – reforçou a discussão acerca das relações sociais de produção do capitalismo: “por que produzimos mais do precisamos e tem gente passando fome?” Concordou com a importância da educação ambiental, conforme apresentado por Silvana e disse entender que se deve ampliar o debate.

Encaminhamentos -

Gustavo Seferian – fez fala para construirmos os encaminhamentos diante do que foi discutido.

Henrique A. Furtado de Mendonça (ADFUPEL) – sugeriu pensar formas de fazer o GT funcionar e discutir mais as questões ambientais, fazer um cronograma de reuniões.

José Domingues – sugeriu que seja realizado um evento no dia mundial do meio ambiente, dia 05 de junho.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

João Claudino Tavares (ADUFF) – destacou a questão do ecofeminismo, que Gustavo pontuou, cotas e racismo ambiental. Proposta de evento: gênero, juventude, racismo e a questão ambiental. “Assim, vamos discutir a educação ambiental, o racismo ambiental e a questão da periferia”.

Matheus Thomaz (ADUFF) – sugeriu fazer uma sinergia com grupos de pesquisas e professore(a)s das universidades, das associações. “Agente pode chamar o Gustavo Seferian para fazer uma fala”.

Rafael Flôres (ADUFRGS) – defendeu o esforço de articular todas essas pautas locais sobre a questão ambiental e agrária e quem sabe fazer um inventário.

Lia Maria Teixeira (ADUR-RJ) – propôs adensar a proposta do João Claudino à questão dos territórios

Gustavo Seferian – destacou a importância de articular o trabalho com a educação.

Kathiuça Bertollo (ADUFOP) – Falou da importância do jornal A Cirene, que surgiu com o rompimento da barragem de fundão. A redação é realizada pelo(a)s próprio(a)s atingido(a)s e vem sendo produzido desde de 2016, mas que neste momento passa por dificuldade. Informou que a ADUFOP tem destinado R\$ 2.000,00 em apoio a esse jornal. Perguntou sobre a possibilidade de contribuição do ANDES-SN e/ou da Regional para o jornal.

Gustavo Seferian - apresentou os encaminhamentos:

Com relação à pergunta de Kathiuça, Gustavo falou dos apoios nacionais que o ANDES-SN vem fazendo. Na situação em questão, caso mais regionais, disse acreditar que seria o caso de mandar um *e-mail* para Regional Leste relatando toda essa situação e consultar da possibilidade de contribuição ou de como articular contribuições para o jornal A Cirene.

1. Fazer um balanço da atuação e estabelecer metodologia que permita boas trocas e atividades mais intensas;
2. Construir possibilidade de articulação com colegas nossos que estão vinculado(a)s à questão com a criação de espaços de troca;
3. Com relação ao evento Gênero, juventude, racismo ambiental, que lide com aspectos geracionais. Tratando com a questão das injustiças ambientais que contemple diversos marcadores e que pode ser articulado com outros GT. Que o(a)s convidado(a)s possam contribuir com o debate acerca do Território, trabalho e educação.
4. Podemos fazer uma reunião do Pleno do GT depois que a coordenação do GT apresentar uma proposta do evento para o segundo semestre de 2022.
5. Construir um espaço de socialização da produção que envolve a questão ambiental



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Henrique (ADUFPEL) perguntou sobre a proposta inicial de José Domingues de uma atividade que envolvesse a matriz energética, tecnologias e mudanças climáticas. Defendeu um evento mais geral, que seria um primeiro evento.

Gustavo Seferian – afirmou que será feita uma síntese e articulação das propostas

José Domingues – reiterou o que Henrique expôs acerca da sua proposta inicial: “tem que começar pelo que essencial na questão ambiental”.

Gustavo Seferian – afirmou que a Coordenação do GTPAUA fará uma proposta, considerando as propostas de João Claudino Tavares e de José Domingues e outras contribuições que apareceram.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO I

PRESENTES NA REUNIÃO DO PLENO DO GTPAUA

Kathiuça Bertollo (**ADUFOP**); Marcos Antonio Tavares Soares e Gustavo Seferian (**ANDES-SN**); Liane de Souza Weber (**SEDUFMS**); Silvana do Nascimento Silva (**ADUSB**); João Claudino Tavares e Matheus Thomaz (**ADUFF**); Julio Cesar Emboava Spano (**ADUFPEL**); Carlos Domingos da Silva e Lia Maria Teixeira de Oliveira (**ADUR-RJ**); Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior e Roberto Santos Ramos (**APRUMA**); Laura Alves Martirani (**ADUSP**); José Domingues de Godoi Filho (**ADUFMAT**); Anne Caroline Malvestio e Leila Floresta (**ADUFU**); Cristiane Simões Netto Costa e Gustavo Borba de Miranda (**APROFURG**); e Rafael Flôres (**Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS**).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO II

INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

ADUFOP

Informes prestados por: Diretoria da Seção Sindical

Carta Final - III Encontro Regional por um Novo Modelo de Mineração e III Jornada Universitária de Debate na Mineração.

Link da Carta:

<https://www.adufop.org.br/post/carta-final-iii-encontro-regional-por-um-novo-modelo-de-minera%C3%A7%C3%A3o>

Nota da Diretoria da ADUFOP sobre os 6 anos do rompimento criminoso da barragem de Fundão em Mariana-MG.

Link da nota: <https://www.adufop.org.br/post/6-anos-do-rompimento-criminoso-da-barragem-de-fund%C3%A3o-em-mariana-mg>

ADUFOP, através da Frente Mineira de Luta dos e das Atingidas pela Mineração (FLAMa-MG), construiu o III Encontro Regional por um novo modelo de mineração

A Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração (FLAMa-MG) (01/11 - 05/11).

Link da matéria:

<https://www.adufop.org.br/post/iii-encontro-regional-por-um-novo-modelo-de-minera%C3%A7%C3%A3o>

Os motoristas da UniVale das cidades de Ouro Preto e Mariana fizeram greve durante mais de uma semana (14/10 - 22/11) solicitando melhorias salariais e de benefícios indiretos, como por exemplo o auxílio alimentação. A categoria solicitou apoio da ADUFOP que

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior desde o dia da deflagração da greve solicitou ao jurídico da entidade que acompanhasse os trabalhadores. Além do apoio jurídico, a ADUFOP contribui com questões materiais para a continuidade do movimento, como por exemplo com alimentação.

Link da matéria:

<https://www.adufop.org.br/post/adufop-apoia-greve-dos-motoristas-da-univale>

Professora Kathiúça Bertollo, presidente da ADUFOP e membro da FLAMa, escreveu o artigo “O enfrentamento à mineração extrativista no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais: considerações sobre o surgimento, constituição e atuação da FLAMa” para a Revista Germinal: marxismo e educação em debate.

Link da matéria: <https://www.adufop.org.br/post/flama-o-enfrentamento-%C3%A0-minera%C3%A7%C3%A3o-extrativista-no-quadril%C3%A1tero-ferr%C3%ADfero-de-minas-gerais>

ADUFOP publica nota pública da FLAMa-MG em defesa das matrizes de danos construídas com a população atingida, por uma indenização justa integral.

Link da nota:

<https://www.adufop.org.br/post/nota-p%C3%BAblica-em-defesa-das-matrizes-de-danos-constru%C3%ADdas-com-a-popula%C3%A7%C3%A3o-atingida>

ADUFOP publica nota da FLAMa-MG de denúncia sobre a perseguição às mulheres lutadoras sociais que pautam o enfrentamento às violências e violações desencadeados pela mineração extrativista em Antônio Pereira - Ouro Preto, MG.

Link da nota:

<https://www.adufop.org.br/post/nota-da-flama-mg-de-den%C3%BAncia-sobre-a-persegu%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-mulheres-lutadoras-sociais>



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ADUFOP contribui para vinda de garimpeiros e moradores de Antônio Pereira manifestarem no centro de Ouro Preto – em 03 de agosto, reivindicando ao poder público o apoio na inclusão dos trabalhadores no grupo de atingidos da Vale e no reconhecimento do garimpo como atividade cultural do distrito. Segundo os garimpeiros, a Vale está impedindo a atividade de garimpo artesanal no distrito. Alegam que a mineradora nunca dialogou com a comunidade e que a empresa, por alguns funcionários, denunciam a atividade para a Polícia Militar Ambiental que impede a extração e apreende as ferramentas de trabalho. Também reclamam dos problemas relacionados à poeira advinda do descomissionamento e descaracterização da Barragem de Doutor.

Link da matéria:

<https://www.adufop.org.br/post/garimpeiros-e-moradores-de-ant%C3%B4nio-pereira-manifestam-no-centro-de-ouro-preto>

ADUFOP contribui na organização e construção da caminhada Fora Saneouro (Empresa privada de água), além disso contribui financeiramente para o Acampamento Fora Saneouro.

Link do convite:

<https://www.adufop.org.br/post/caminhada-fora-saneouro>

ADUFOP contribui com passagens para vinda da Maria Marighella, vereadora de Salvador e neta do Carlos Marighella, para exibição do filme Marighella na Ocupação Chico Rei, no dia 12 de dezembro.

ADUFOP contribui com vans para transporte de moradores dos distritos e bairros para manifestação do Comitê Sanitário - Fora Saneouro.

ADUFOP contribui com camisas, bandeiras para membros da FLAMa-MG e com faixas para Antônio Pereira.

ADUFOP contribui para Documentário Vale de Rejeitos - Vozes amplificadas a partir dos atingidos e atingidas pela mineração em Itabira - MG. Direção: Richardson Pontone.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ADUFOP contribui com 2 mil reais para o Jornal A Sirene - nos meses de agosto, setembro e outubro.

ADUFOP auxilia Comitê Sanitário - Fora Saneouros em atos e manifestações - som.

ADUFOP contribui com Acampamento Fora Saneouros - som, panfletos, adesivos, alimentação.

ADUFOP contribui financeiramente com a Ocupação Vitória do MTST em Diamantina, MG.

ADUR-RJ

Informes prestado por: Diretoria da Seção Sindical

Proposições do GTPAUA ADUR para compor Plano de Ações/lutas 2022 Andes

No dia 3 de dezembro de 2021, pela plataforma Zoom, reuniram-se os membros e convidados* do GTPAUA na ADUR-RJ, de 10:00 às 12:40h, para discussão da seguinte pauta: 1. Reunião Nacional do Andes Plano de Ação 2022; 2. Participação da Adur no Colegiado BIG e ENEPEGS 2022; 3. Atualização sobre o caso do Setor de Apicultura e sericicultura; 4. Constituição da Comissão de Meio Ambiente e sustentabilidade da UFRRJ.

*estamos atualizando membros e dependendo da próxima AG para deliberação.

Após a discussão da pauta, as seguintes contribuições foram apresentadas para compor o Plano de Ações/lutas de 2022 do ANDES e, também da Adur.

1. Vivemos em tempos sombrios. O cenário político é desolador com a imposição de uma agenda neoliberal com uma política de extrema direita: excludente, misógina, homofóbica, antidemocrática e racista, com ataques aos povos indígenas e às comunidades tradicionais. O ataque à população do campo, das águas e das florestas é uma posição política clara desse governo genocida. Segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT, a violência no campo aumentou 57%, desde o início desse governo. E em 2020 tivemos o pior quadro de violência no campo desde 1985 quando começou o monitoramento da CPT (Conflitos no Campo Brasil – cptnacional.org.br). Em especial a violência foi maior na Amazônia Legal, com ataques a terras indígenas, bem como o aumento da grilagem. No Estado do Rio de Janeiro

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

vimos ampliar os conflitos no campo e avanços sobre as aldeias indígenas e as populações quilombolas e caiçaras.

2. Os ataques à ciência, ao SUS, as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o desmantelamento das políticas públicas para agricultura familiar, juntamente com o avanço do agronegócio sobre o território de quem produz alimentos saudáveis para a população brasileira, somado à crise econômica promovida pela política neoliberal do governo Bolsonaro, recolocou o Brasil no Mapa da Fome da ONU. As ações de resistência, como dos movimentos sociais do campo e da cidade com a distribuição de cestas básicas e alimentação direta para a população assolada pela fome e pela pandemia do covid-19 foram fundamentais para enfrentamento desse cenário.
3. Esse é sem dúvida um momento que devemos ter como Plano de Ação do Andes 2022 a ampla articulação, e por meio do GTPAUA, sobre a questão agrária e suas relações de âmbito campo-cidade, rural-urbano, a defesa do território dos povos indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, da agricultura familiar e urbana e povos e comunidades tradicionais. É urgente recolocar a reforma agrária na agenda política como estratégica para qualquer mudança estrutural na sociedade brasileira, bem como para a segurança, soberania alimentar e sustentabilidade frente a um governo genocida.
4. Não faltam dossiês e denúncias lançados por organizações e pesquisadores que acompanham e enfatizam, sem margem de dúvidas: os agrotóxicos fazem mal às pessoas e ao meio ambiente, em escalas visíveis e invisíveis, em curto e em longo prazo. Ressaltamos questões urgentes relacionadas ao uso excessivo de agrotóxicos que estão presentes, inclusive no governo federal, que contribuem para violação da legislação ambiental, atingindo espécies da fauna e flora que comprometem a preservação e conservação de ecossistemas dos biomas e aqueles e aquelas sujeitos que integram as populações das florestas. O Andes deve estar atuante nas mobilizações para o estabelecimento de políticas regulatórias mais restritivas sobre o uso de agrotóxicos e seus resíduos. Além dos altos riscos sobre a população rural e urbana, outro componente do meio ambiente, nossos biomas, revelam perdas importantes da fauna e flora nativas, duramente alvejados por ações antrópicas.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

5. O Plano do Lutas de 2022 deve se desdobrar em apoio direto de participação na articulação política, de manifestação pública e com recursos, para ações de resistência e mobilização dos movimentos sociais como MST, MTST, Contag, Federação dos Trabalhadores dos Agricultores Familiares - Fetraf, Movimento dos Pequenos Produtores - MPA, organizações dos povos indígenas, como Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES - APOINME, povos e comunidades tradicionais como o Movimento das Quebradeiras de Coco de Babaçu - MQCB, Conselho Nacional de Seringueiros - CNS, movimentos de articulação da agroecologia como a Articulação Nacional da Agroecologia - ANA, da defesa de outro modelo de desenvolvimento energético como o Movimento dos Atingidos de Barragens - MAB, do combate ao trabalho escravo e contra o uso de agrotóxicos.
6. O Plano deve propor ações em defesa e para o fortalecimento da atuação das universidades, Institutos Federais e CEFETs; retomada de uma agenda de desenvolvimento territorial mais ampla e articulada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) junto aos Colegiados Territoriais existentes e atuantes nos territórios; na luta pelo retorno dos Conselhos e Comissões que fortaleçam a participação social e os laços entre classes populares, universidades, representantes locais de desenvolvimento, segurança alimentar, agroecologia sustentabilidade e territórios. Somar na luta pela sobrevivência das cisternas. Em defesa das políticas públicas de Educação do Campo como o Pronera e as Licenciaturas do Campo, agricultura familiar e dos programas de agroecologia como práticas sociais e de desenvolvimento dos sujeitos do campo.
7. No que diz respeito aos territórios urbanos vale ressaltar as populações sem teto e a necessidade de nos somarmos a luta pelas políticas públicas de moradia e reativação e ampliação das cozinhas comunitárias. E, ainda, as políticas de planejamento das cidades brasileiras de grande, médio e pequeno porte, em geral, refletem ações políticas direcionadas a financeirização neoliberal, com mais e maiores desequilíbrios de toda ordem, desde o acesso à moradia, passando pelas questões de mobilidade e carências infraestruturais e de saneamento, às questões ambientais, até o acesso aos serviços básicos, deixando muitos à margem da sociedade. A indústria da construção civil é a mais danosa ao meio ambiente e torna-se urgente o fortalecimento do planejamento para conter a expansão urbana predatória e exclusivista. Ações do ANDES devem pautar a luta por políticas públicas que atentem e atendam a todos sem distinção, no sentido do planejamento urbano inclusivo, participativo e



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

sustentável. Não podemos continuar produzindo cidades desiguais, fragmentadas e estratificadas que geram racismo territorial e ambiental e injustiça social. Tais ações devem ser pautadas nas mais diversas escalas – regional, estadual e municipal – e considerando as distintas temáticas relacionadas ao fenômeno urbano na atualidade.

8. A emergência climática é uma questão de ordem planetária. Na abordagem desta temática com a possibilidade de atuação profissional em diferentes níveis para enfrentamento desta crise, consideramos fundamental resgatar o aparato legislativo e programático relacionado a educação ambiental, pautando a relevância da política nacional de educação ambiental e da sua organização em redes, bem como na inserção veemente da temática na formação ofertada na educação básica, na formação de professores e, mesmo, na formação profissional ofertada tanto nos cursos técnicos de nível médio, tecnológico e, também, nos cursos de graduação nas mais diferentes áreas formativas. Uma formação dentro de uma perspectiva crítica, combativa e que se alinhe com alternativas de produção desde uma nova matriz energética, menos danosa ao ambiente.
9. Não pode ficar fora da bandeira de Lutas a questão das terras Indígenas, cada dia mais ameaçadas pelo agronegócio, se transformou-se em conflitos históricos, violentos, em 2019, o governo federal fez vários anúncios sobre **demarcação de terras indígenas**, com risco de redução de territórios. Uma interpretação jurídica não prevista na Constituição, o chamado “**marco temporal**” que, se constitui verdadeiro fantasma a assombrar os povos indígenas. A questão “Mulher Indígena” não pode ficar fora das pautas de reivindicações. Após a Indígena Brasileira representar o Brasil na Conferência do Clima COP 26, as retaliações contra mulheres, foram observadas na Aldeia e em vários territórios Indígenas. A Jovem Indígena Txai Surui, que mostrou a cara do Brasil genocida ao mundo, representa verdadeira identidade e resistência dos povos Indígenas. Por centenas de anos os povos originários vivem sob o preconceito, o racismo, o extermínio, a invisibilidade e a violência, muita violência.

O GTPAUA – Adurj espera contribuir para um Plano de Lutas 2022 que amplie e fortaleça o esforço de articulação ampla para a resistência e a disputa na sociedade brasileira contra o projeto neoliberal e genocida do Bolsonarismo.

Diretoria Adur 2021-2023 Seção Sindical do ANDES-SN

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-NS NA UFRGS

Informes prestados por: Rafael Kruter Flôres

Informe sobre o Comitê de Combate à Megamineração no RS

O Comitê de Combate à Megamineração no RS é uma frente composta por várias organizações e movimentos sindicais e ambientalistas, e tem como objetivo fazer frente à recente investida de corporações mineiras no estado¹.

Com a perspectiva do projeto Mina Guaíba nos arredores da capital gaúcha, em maio de 2019, o Andes-SN na sua representação regional e na seção da UFRGS foi convidado a participar da primeira reunião de articulação do Comitê, convocada pela Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do RS (Apcef-RS) e pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). Fui designado por ambas as instancias do Andes a representar o sindicato naquela reunião, e desde então tenho atuado no Comitê.

A coordenação do Comitê é atualmente composta por representantes da Agapan, Apcef/RS, Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Associação Amigos do Meio Ambiente de Guaíba (AMA-Guaíba) e Associação Juizes Pela Democracia (AJD).

A proposta do Comitê é ser não apenas um aglutinador das lutas contra a Mina Guaíba, mas também um espaço de articulação de diferentes frentes de luta contra projetos de exploração mineral no estado. Dentre esses, quatro se destacam pela sua dimensão: Retiro, em São José do Norte; Caçapava, em Caçapava do Sul; Três Estradas, em Lavras do Sul; e Mina Guaíba, em Charqueadas e Eldorado do Sul.

O projeto **Retiro** está localizado nas proximidades da Lagoa dos Patos, tem em vista a exploração de titânio em uma área aproximada de 30 km x 1,6 km, com o revolvimento de cerca de 13,75 milhões de m³ de terra (Wenzel, 2019). Foi alvo de contestação popular no município, com

¹ Informações sobre o Comitê estão disponíveis no seu sítio (<https://rsemrisco.org.br/>) e no relato que se encontra no capítulo 13 da publicação disponível <https://mamnacional.org.br/files/2021/02/BAIXE-O-LIVRO-EM-PDF-AQUI.pdf>.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

forte atuação das comunidades vizinhas ao empreendimento. Na região, as bases econômicas são o plantio de cebolas e a atividade pesqueira, realizada principalmente por pequenos produtores. As intenções do projeto são antigas e encontraram importantes entraves, por via legal e pela resistência popular. Apesar do encaminhamento do processo de licenciamento ambiental nas instâncias de fiscalização, a mobilização popular se fez decisiva quando em junho de 2019 foi votado e aprovado na Câmara Municipal de São José do Norte um plano diretor para a cidade que prevê a proibição da atividade mineradora de grande porte, como é o caso do Projeto Retiro (Weissheimer, 2019).

Em **Caçapava do Sul**, o projeto de mineração na região seria realizado pela empresa Votorantim. Por estar nas proximidades do rio Camaquã, em um ponto onde o bioma Pampa encontra-se preservado, tem atraído forte mobilização contrária de moradores da região, movimentos e entidades ambientalistas². A exploração de metais pesados como chumbo, zinco e cobre traz riscos de contaminação dos mananciais e o abastecimento local de água. Além disso, outros graves problemas ambientais colocam em risco a vida e saúde das populações locais e a continuidade das atividades dos pequenos produtores rurais. Na região, predomina a pecuária de pequeno porte com destaque para a ovinocultura. O desenvolvimento do turismo ecológico na região também sofreria impactos da mina. Diversas entidades locais vêm se mobilizando há anos na defesa do ecossistema local, bem como dos modos de vida tradicionais das populações atingidas, tais como a UPP (União pela Preservação do Camaquã) e o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. Há a participação, também, de universidades do estado do Rio Grande do Sul e de governos locais (prefeituras), manifestando contrariedade ao empreendimento (Barcellos, Lima e Pinheiro, 2019).

No município de Lavras do Sul, o projeto **Três Estradas** pretende minerar fosfato, para a fabricação de fertilizantes. Próxima a Caçapava do Sul, a localidade é também marcada pela preservação da biodiversidade e pecuária sustentável. A eventual exploração mineral na região traz riscos de contaminação de mananciais de água locais e de outras cidades do interior do estado, como Rosário do Sul. A destruição da paisagem, dada a escala do empreendimento, é também um ponto de destaque (Morais e Rosseto, 2019).

O projeto **Mina Guaíba** prevê a extração de carvão de carvão, areia e cascalho a céu aberto na bacia do Delta do Jacuí; e a construção de um Polo Carboquímico nas proximidades de

² Com apoio da regional Sul do Andes-SN, coordenei em outubro de 2017 um seminário sobre extrativismo no RS com participação de representantes das comunidades impactadas pelo projeto de Caçapava. O seminário está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=d4UQBnSDk2Q>.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Porto Alegre, precisamente nos municípios de Charqueadas e Eldorado do Sul. Com previsão de ser a maior mina de carvão do Brasil, o projeto se situaria em uma área de 4.373,37 hectares entre os municípios de Charqueadas e de Eldorado do Sul, a 15 quilômetros de Porto Alegre, capital (Wenzel, 2019). Há previsão de serem exploradas 7 milhões de toneladas de carvão, uma produção maior que o total do mineral atualmente extraído no estado. A exploração traria danos para o abastecimento de água para região metropolitana, bem como efeitos nefastos para a qualidade do ar na região, pela emissão de material particulado (Menegat, 2019). Estariam ameaçados o Parque Estadual do Delta do Jacuí, bem como a maior produção de arroz orgânico da América Latina feita pelos agricultores do assentamento Apolônio de Carvalho e, além destes, algumas comunidades indígenas que vivem nas proximidades.

Na minha avaliação, a tentativa de articular as diferentes lutas no estado enfrenta dificuldades devido às particularidades de cada processo, distancia e outros fatores inerentes à luta social. Neste sentido, o Comitê tem sido um ator importante principalmente na luta contra a Mina Guaíba. São três as principais ações do Comitê neste período:

- (1) a articulação de pesquisadores com vistas à produção de estudos técnicos e contra laudos para fundamentação no processo de licenciamento ambiental³;
- (2) a articulação e participação de seus representantes em eventos públicos como audiências; e
- (3) a promoção de eventos de conscientização e mobilização popular acerca dos impactos da Mina e do Pólo Carboquímico, através de panfletagens, participação em programas de rádio, organização de *lives* etc.

O licenciamento da Mina Guaíba está suspenso por decisão judicial desde fevereiro de 2020, pois o EIA/RIMA (Estudo e Relatório de Impactos) apresentado pela mineradora não contou com o componente indígena e não assegurou o direito à consulta e consentimento prévio, livre e informado previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Referências

MENEGAT, Rualdo. Mina Guaíba e o sucateamento da fiscalização ambiental.. [Entrevista concedida a] João Vítor Santos . IHU Unisinos, São Leopoldo), 31 de julho de 2019. WEISSHEIMER, Marco. Plano Diretor de São José do Norte proíbe mineração no município.

³ Destaca-se a publicação intitulada Painel de Especialistas, que reúne estudos independentes sobre os impactos da Mina Guaíba em distintas áreas do conhecimento, organizada pelo Comitê com apoio do Andes. A publicação está disponível em https://rsemrisco.files.wordpress.com/2019/12/painel-mina-guaic81ba_digital_150-1.pdf.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Sul21, Porto Alegre, 19 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/06/plano-diretor-de-sao-jose-do-norte-proibe-mineracao-no-municipio/>. Acesso em 20 de Abril de 2020.

WENZEL, Fernanda. Novo código ambiental do RS é aprovado sem passar pela Comissão de Meio Ambiente. ((o))eco, Rio de Janeiro, 26 de janeiro 2020. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/novo-codigo-ambiental-do-rs-e-aprovado-sem-passar-pela-comissao-de-meio-ambiente/>. Acesso em 01 de Setembro de 2020.

ADUSB

Informes prestado por: Silvana do Nascimento Silva - Coordenadora do GTPAUA-Adusb

O GTPAUA em 2021 tem se reunido mensalmente para organização das ações e debates de pautas locais.

Destacamos algumas atividades:

12 de julho: Reunião com o Marcos Tavares - Andes: diálogo sobre a dinâmica do funcionamento do GTPAUA.

27 de agosto: Live Educação Ambiental Crítica diante das mudanças climáticas e da crise estrutural do capital, com Gustavo Seferian (UFMG), Alexandre Pessoa (FiOCRUZ) e Claudia Coelho (GTPAUA-Adusb).

07 de outubro: Live Povos originários x Marco temporal, com Opetahra Nhâmúruri (movimento de Ressurgência Puri), Cacique Juvenal Payaya (Movimento Unidos dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia) e Letícia Magalhães (GTPAUA-Adusb).

ADUFPEL

Informes prestados por: Henrique Andrade Furtado de Mendonça

O GTPAUA da ADUFPEL não tem feito reuniões regulares desde o início do atual mandato da diretoria. A temática do GT, no entanto, tem sido objeto de debates internos, desde o final do mandato anterior, quando a coordenação local sugeriu à diretoria a participação no processo seletivo para a composição do Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM).

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Conquistado o assento no Conselho Municipal, passamos a debater os temas urbanos e rurais de Pelotas e tentar influenciar os avanços necessários e demandados pela população.

Participamos também, desde antes do início da pandemia, de um fórum político municipal (Fórum em defesa da democracia Ambiental – FDAM), composto por largo espectro de entidades ambientalistas, representações de bancadas parlamentares de Pelotas, partidos políticos, universidades e sindicatos combativos, além de indivíduos interessados, para apoiar as ações do grupo de conselheiros do COMPAM e promover ações ambientalistas na cidade.

A proposta da coordenação do GT local é promover um encontro de professores sindicalizados e os componentes da coordenação do FDAM, para traçarmos estratégias comuns de ação, nos próximos meses.

Temos nos envolvido nos debates relativos às condições de trabalho e de estudos de toda a comunidade acadêmica da UFPEL, mais especificamente neste período pandêmico e nos mobilizado, em conjunto com a ASUFPEL e DCE para lutar por um próximo calendário acadêmico mais coerente, que observe as condições de saúde de todos os envolvidos e que não possibilite maiores prejuízos na perspectiva do retorno presencial da universidade.

Gostaríamos de apresentar, ainda, preocupação com a inércia do Sindicato Nacional nas questões atinentes ao GTPAUA, a ausência de reuniões (mesmo que virtuais) e a consequente inexistência de debates e deliberações de políticas de ação, em decorrência da não realização de Congressos do ANDES.